

O presidente eleito e o Congresso

24 FEV 1990

JUTAHY MAGALHÃES

Com competência profissional, o presidente eleito vem ocupando os espaços nos meios de comunicação.

É preciso, porém, não confundir essa euforia transmitida pelos noticiários da imprensa com a nossa realidade política.

A realidade é que se o povo brasileiro espera dos políticos competência para enfrentar a crise, mantendo acesa a esperança de que se criem condições propícias para o futuro presidente tomar as medidas necessárias para baixar a inflação, uma grande parcela da população não se deixa embalar pelos sonhos que nos são transmitidos pelos noticiários. Aqueles que encheram as praças com alegria esufiante, buscando outra opção, estão recolhidos, aguardando as primeiras medidas do futuro governo, para retomarem, mais cedo ou mais tarde, um rumo político para manifestar suas esperanças ou decepções, nas próximas eleições deste ano.

O que fará o futuro presidente, quando empossado, diante de graves problemas como uma inflação que supera 70 por cento ao mês, uma taxa de juros que já superou no princípio de fevereiro 100 por cento no **over**, um **déficit** gigantesco do setor público e uma dívida externa insuportável? Como tratará tais problemas e tantos outros de natureza social? Como encarará ele o relacionamento do Executivo com o Legislativo, num contexto pós-Constituinte de recuperação de prerrogativas de legitimação das políticas públicas?

Detenho-me na questão do Legislativo porque muito me debati e lutei na Constituinte e em sua fase de regulamentação, que todavia não se encerrou, para que este poder recobrasse suas energias. Estou absolutamente convencido de que não consolidaremos o processo democrático no Brasil, se não levarmos a cabo a tarefa de organizar a instância "política" da nossa sociedade, o que significa partidos

estáveis e programáticos, representações populares independentes e com elevado espírito público, poderes estruturados e harmônicos no seio do Estado, eleições livres e regulares, direitos respeitados e deveres rigorosamente cumpridos.

Ora, isso tudo demanda tempo e grande dose de disposição para a tolerância e o diálogo. Terá o futuro presidente estas virtudes? Ou tentará jogar uma parcela da população contra o Congresso para obter o que em alguns casos poderá não merecer o apoio da maioria?

As reformas desejadas devem ser realizadas através de concurso institucional dos partidos do Congresso, e, até mesmo, da sociedade organizada.

Para levar a cabo a reforma tributária, a privatização de empresas estatais, a gestão da política monetária e cambial, a propalada "abertura" da economia brasileira, o presidente terá que merecer o efetivo apoio do Congresso Nacional, visto que estas medidas devem ser tomadas mediante projeto de lei. A hipótese da lei delegada deve ser recusada de plano.

De uma forma geral, pois, se a consolidação democrática do Brasil exige a determinação do Presidente da República na resolução dos grandes problemas nacionais, econômicos e sociais, impõe também consideração e respeito à autonomia do Poder Legislativo, cujas funções de legislação, fiscalização e legitimação se tornam cada vez mais presentes e importantes.

Pessoalmente, exercerei, sem tréguas, o poder de fiscalização atribuído aos congressistas, cada ato, cada medida, cada passo do Governo Collor deverão ser cuidadosamente analisados, a fim de que se justifiquem em sua forma e objetivo.

Jutahy Magalhães é senador pelo
PMDB da Bahia

PRELIMINAR
BRASIL/REVISTA